

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE BIOMETANO**

**NA MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM**

**GEO GÁS COMERCIALIZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA.**

**NA QUALIDADE DE VENDEDORA**

**E**

**COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS**

**NA QUALIDADE DE COMPRADORA**

## ÍNDICE

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS .....	4
CLÁUSULA 2 – OBJETO .....	8
CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO .....	8
CLÁUSULA 4 – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) .....	9
CLÁUSULA 5 – COMPROMISSOS DE RETIRADA E FORNECIMENTO .....	9
CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS .....	10
CLÁUSULA 7 – FATURAMENTO .....	12
CLÁUSULA 8 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA .....	13
CLÁUSULA 9 – TRIBUTAÇÃO .....	14
CLÁUSULA 10 – GARANTIA .....	15
CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS .....	15
CLÁUSULA 12 – ESTAÇÃO DE ENTREGA E PONTO DE ENTREGA .....	16
CLÁUSULA 13 – CONDIÇÕES DE ENTREGA .....	17
CLÁUSULA 14 – MEDIÇÃO DO GÁS .....	18
CLÁUSULA 15 – QUALIDADE DO GÁS .....	20
CLÁUSULA 16 – PARADAS PROGRAMADAS .....	22
CLÁUSULA 17 – PENALIDADES DA VENDEDORA .....	22
CLÁUSULA 18 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....	23
CLÁUSULA 19 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO .....	23
CLÁUSULA 20 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR .....	25
CLÁUSULA 21 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES .....	27
CLÁUSULA 22 – COMPROMISSO DE CONDUTA DAS PARTES: INTEGRIDADE E CONFORMIDADE LEGAL .....	27
CLÁUSULA 23 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO .....	29
CLÁUSULA 24 – NOVAÇÃO .....	29
CLÁUSULA 25 – VALOR DO CONTRATO .....	30
CLÁUSULA 26 – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	30
CLÁUSULA 28 – RESPONSABILIDADES .....	31
CLÁUSULA 29 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....	32
CLÁUSULA 30 – PRIVACIDADE DE DADOS .....	32
CLÁUSULA 31 – ASSINATURA .....	33
ANEXO I – PLANO DE CONTINGÊNCIA .....	34
ANEXO II – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMODATO .....	35

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA  
DE BIOMETANO, NA MODALIDADE  
FIRME INFLEXÍVEL, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM GEO GÁS  
COMERCIALIZADORA E  
DISTRIBUIDORA LTDA. E  
COMPANHIA PARANAENSE DE  
GÁS – COMPAGAS.**

Pelo presente instrumento,

**GEO GÁS COMERCIALIZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA.**, com sede na Rodovia PR 559, S/N, Bloco B, Tamboara; Paraná; CEP 87760-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.135.917/0001-73, doravante denominada “**VENDEDORA**”, neste ato representada na forma de seu Contrato Social; e,

**COMPANHIA PARANANENSE DE GÁS - COMPAGAS**, com sede na Avenida João Gualberto, 1698 – 6º andar, Juvevê, CEP 80030-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.535.681./0001-92, doravante denominada “**COMPRADORA**”, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados.

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e,

**CONSIDERANDO QUE:**

- Conforme o disposto no parágrafo segundo do art. 25 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de distribuição de gás canalizado;
- a **COMPRADORA** é a concessionária exclusiva para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, conforme contrato de concessão celebrado com o Estado do Paraná (doravante “**CONTRATO DE CONCESSÃO**”);
- a **COMPRADORA**, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender à demanda de gás canalizado do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- a proposta apresentada pela **VENDEDORA** foi selecionada pela **COMPRADORA** por conter condições satisfatórias para que a **COMPRADORA** garanta o suprimento ao seu mercado de gás canalizado com segurança, continuidade, competitividade e preservação do meio ambiente;
- a **VENDEDORA** possui autorização dos órgãos competentes para realizar a compra e venda de BIOMETANO, conforme a legislação aplicável;
- a **VENDEDORA** deseja vender e entregar à **COMPRADORA** BIOMETANO, e a **COMPRADORA** deseja comprar e receber o referido gás da **VENDEDORA**, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- a **COMPRADORA** realizou a Chamada Pública nº 002/23, visando à compra de BIOMETANO e, nessa esteira, atendendo à solicitação da **COMPRADORA**, a **VENDEDORA** apresentou proposta de fornecimento, nos termos que agora se firma, por meio de negociação direta com a **COMPRADORA**;

- as regras acordadas pelas PARTES neste CONTRATO foram estabelecidas com base nas condições econômicas atuais do mercado de gás.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Biometano, na Modalidade Firme Inflexível, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1 Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

1.1.1 **AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

1.1.2 **ANO:** significa cada período que:

(a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;

(b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;

(c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ANO e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

1.1.3 **ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

1.1.4 **API's:** significa “*Application Programming Interface*” (Interface de Programação de Aplicação). No contexto desse contrato se refere a forma de integração automática de dados automáticos a ser disponibilizada pela COMPRADORA.

1.1.5 **ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO ou ARREDONDAR:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

(a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;

(b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

1.1.6 **BENEFÍCIO ECONÔMICO:** significa o resultado financeiro definido no item **Error! Reference source not found.**

1.1.7 **CALIBRAÇÃO:** significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

1.1.8 **CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**1.1.9 CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA 20 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**1.1.10 CERTIFICADO DE RASTREAMENTO:** significa o instrumento emitido por entidade acreditada (o “Emissor”) que permite o rastreamento virtual do consumo, pelo USUÁRIO FINAL, de BIOMETANO produzido pela planta e certifica que seu detentor adquiriu determinada quantidade de “gás renovável”.

**1.1.11 CONDIÇÕES BASE:** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil trezentos e vinte e cinco Pascals).

**1.1.12 CONDIÇÕES DE ENTREGA:** significam as condições de disponibilização do GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA.

**1.1.13 CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significa a temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o poder calorífico superior (PCS), em base seca, para o BIOMETANO igual 9.400 kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas quilocalorias por metro cúbico).

**1.1.14 CONSUMIDOR LIVRE:** significa o consumidor de GÁS que, nos termos da legislação estadual aplicável, tem a opção de adquirir o GÁS de qualquer agente produtor, importador ou consumidor.

**1.1.15 CONTRATO:** significa este contrato de compra e venda de BIOMETANO, seus eventuais anexos e aditivos acordados pelas PARTES, para atendimento ao mercado da COMPRADORA.

**1.1.16 DIA:** significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Mean Time menos três horas).

**1.1.17 DIA ÚTIL:** significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da VENDEDORA e da COMPRADORA.

**1.1.18 DISPUTA:** significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do CONTRATO que deverá ser submetida ao Foro Judicial.

**1.1.19 DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

**1.1.20 ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 7.5.

**1.1.21 ESTAÇÃO DE ENTREGA:** significa o conjunto de instalações, incluindo minimamente o SISTEMA DE MEDIÇÃO, necessárias para a VENDEDORA, ou por terceiro por ela contratada, disponibilizar, no PONTO DE ENTREGA, o GÁS à COMPRADORA, nas condições estabelecidas no CONTRATO. A responsabilidade de operação e manutenção da ESTAÇÃO DE ENTREGA é da COMPRADORA. A depender das CONDIÇÕES DE ENTREGA, a ESTAÇÃO DE ENTREGA poderá ou não contemplar também outros sistemas e equipamentos, tais como filtros, aquecedores e válvulas reguladoras.

**1.1.22 ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto de instalações da COMPRADORA, localizadas a jusante do PONTO DE ENTREGA, destinadas a adequar as condições de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, tais como regulagem de pressão, medição e registro das pressões e temperaturas do GÁS e utilizadas na apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM) nas situações de indisponibilidade do SISTEMA DE MEDIÇÃO, conforme previsto no item **Error! Reference source not found.**

**1.1.23 EVENTO DE INADIMPLEMENTO:** significa qualquer dos eventos definido no item 19.1.

**1.1.24 FALHA DE FORNECIMENTO ou FALHA NO FORNECIMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência, no PONTO DE ENTREGA, de qualquer uma das seguintes hipóteses, ressalvadas as provisões previstas na CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS:

(a) falta de disponibilidade de GÁS no PONTO DE ENTREGA, conforme o disposto no item 11.4, desde que a PRESSÃO DE FORNECIMENTO tenha sido inferior à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO no PONTO DE ENTREGA;

(b) desconformidade em relação à Qualidade do Gás, conforme estipulado no item 15.2(e);

(c) Caso a VENDEDORA não aceite como Quantidades Diárias Programadas (QDP), as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) até o limite da Quantidade Diária Contratada (QDC).

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

(i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(ii) ter a COMPRADORA ou qualquer USUÁRIO FINAL do GÁS sido a parte determinante para tal ocorrência;

(iii) ter a COMPRADORA retirado o GÁS em desconformidade na forma do item 15.2(e);

(iv) ter a COMPRADORA retirado GÁS em vazões superiores à VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA.

1.1.25 **GARANTIA:** significa a garantia de cumprimento contratual a ser oferecida pela COMPRADORA à VENDEDORA, nos termos da CLÁUSULA 10 – GARANTIA.

1.1.26 **GÁS OU BIOMETANO:** significa o gás renovável objeto do CONTRATO, que é constituído essencialmente de metano, derivado da purificação do biogás, cuja composição atende às especificações definidas na CLÁUSULA 15 – QUALIDADE DO GÁS.

1.1.27 **IPCA:** significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IPCA seja extinto e não seja substituído por outro índice, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.

1.1.28 **INÍCIO DO FORNECIMENTO:** significa a data definida no item 3.2.

1.1.29 **LEI:** significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria) vigente no Brasil que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO.

1.1.30 **LEIS ANTICORRUPÇÃO:** significa (a) a Lei dos Estados Unidos de Práticas de Anticorrupção no Exterior de 1977; (b) a Lei do Reino Unido de Anticorrupção de 2010; e (c) todas as leis e regulamentos federais, distritais, estaduais ou municipais aplicáveis que proíbam a evasão fiscal, lavagem de dinheiro ou que de qualquer outra forma disponham a respeito de procedimentos relacionados a práticas criminosas, suborno, fornecimento de gratificações ilegais, pagamentos de facilitação ou outros benefícios para qualquer funcionário do governo ou qualquer outra pessoa, incluindo as Leis Penais Brasileiras e a Lei Federal nº 12.846/2013;

1.1.31 **MÊS:** significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começará no primeiro DIA do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais MESES, corresponde a cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. MENSALMENTE será interpretado de modo análogo.

1.1.32 **METRO CÚBICO ou m³:** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

1.1.33 **MULTA:** significa o valor percentual definido nos ENCARGOS MORATÓRIOS, aplicado como penalidade pelo atraso no pagamento, por uma das PARTES, de qualquer valor devido em decorrência deste CONTRATO.

1.1.34 **NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação por escrito entre as PARTES dirigida aos endereços constituídos na CLÁUSULA 23 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO, cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica ou qualquer outro meio de notificação escrita que

ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se notificar e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

**1.1.35 PARADA(S) PROGRAMADA(S):** significam as situações transitórias descritas na CLÁUSULA 16 – PARADAS PROGRAMADAS.

**1.1.36 PARTE(S):** no singular, significa a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso; no plural, significa a VENDEDORA e a COMPRADORA, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste CONTRATO.

**1.1.37 PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, nos termos da CLÁUSULA 20 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**1.1.38 PERÍODO DE FATURAMENTO:** significam os períodos definidos no item 7.1.

**1.1.39 PERÍODO DE FORNECIMENTO:** significa o intervalo de dias entre a data de INÍCIO DO FORNECIMENTO e 31/12/2035.

**1.1.40 PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules.

**1.1.41 PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa o PCS de 9.400 kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO).

**1.1.42 PONTO DE ENTREGA:** significa o ponto das instalações da COMPRADORA necessárias à disponibilização do GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, onde haverá a transferência de custódia do GÁS.

**1.1.43 PREÇO DO GÁS (PG):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por METRO CÚBICO), calculado conforme CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS.

**1.1.44 PRESSÃO DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA.

**1.1.45 PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica máxima de operação admissível, informada pela COMPRADORA, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao PONTO DE ENTREGA em questão, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**1.1.46 PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica máxima de operação medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**1.1.47 PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica mínima de operação medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**1.1.48 QUALIDADE DO GÁS:** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico-químicas do gás, estabelecidos na legislação aplicável, conforme estabelecido no item 15.1.

**1.1.49 QUANTIDADE DE GÁS:** significa determinado volume de GÁS em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

**1.1.50 QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS objeto dos compromissos de fornecimento e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

**1.1.51 QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que, no DIA, tenha sido efetivamente colocada, pela VENDEDORA, à disposição da COMPRADORA, determinada por PONTO DE ENTREGA, conforme item 11.4.2.

1.1.52 **QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS total que a VENDEDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, conforme CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

1.1.53 **QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR):** significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, apurada por PONTO DE ENTREGA.

1.1.54 **QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS):** significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA, para determinado DIA, estabelecida por PONTO DE ENTREGA, conforme CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

1.1.55 **QUANTIDADE FALTANTE (QF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme item 11.4.1.

1.1.56 **QUANTIDADE MEDIDA (QM):** significa a quantidade de GÁS entregue à COMPRADORA, pela VENDEDORA, no DIA, no PONTO DE ENTREGA, conforme apurada pelo respectivo SISTEMA DE MEDIÇÃO, expressa em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES BASE.

1.1.57 **QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada SEMESTRE na forma do item 5.1.

1.1.58 **RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS):** significa o valor do compromisso mínimo semestral de retirada do BIOMETANO da COMPRADORA, na forma do item 5.1. O valor da RMS será faturado na forma do item 7.3.1.

1.1.59 **REPRESENTANTES:** significam, em relação a qualquer das PARTES, quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou AFILIADA, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou de negociações entre as PARTES e/ou teve acesso a informações confidenciais.

1.1.60 **SEMESTRE:** significa, para o primeiro SEMESTRE, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de 2025. Para os demais SEMESTRES, significa os períodos de 01/01 (primeiro de janeiro) a 30/06 (trinta de junho) e de 01/07 (primeiro de julho) a 31/12 (trinta e um de dezembro) de cada ANO. Para o último SEMESTRE, começará no primeiro DIA do SEMESTRE correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

1.1.61 **SISTEMA DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do GÁS fornecido na ESTAÇÃO DE ENTREGA.

1.1.62 **TRIBUTO:** significam quaisquer tributos, impostos, taxas e contribuições relacionadas ao escopo deste Contrato.

1.1.63 **USINA:** local de produção e purificação do GÁS ou BIOMETANO.

1.1.64 **USUÁRIO FINAL:** significam os clientes da COMPRADORA, consumidores do GÁS adquirido da VENDEDORA através deste CONTRATO.

1.1.65 **VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR):** significa a indenização pela resolução antecipada do Contrato, definida conforme item 19.4.

1.1.66 **VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA:** significa a vazão prevista no item 13.2.1 e que compõe as CONDIÇÕES DE ENTREGA.

## **CLÁUSULA 2 – OBJETO**

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a venda pela VENDEDORA e a compra pela COMPRADORA de BIOMETANO entregue no município de Londrina/PR, produzido a partir do tratamento de biogás de biodigestão de vinhaça, torta de filtro, borra sólida, borra líquida e outras biomassas localizados no município de Tamboara/PR, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

## **CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO**



3.1 O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e o seu término ocorrerá em 31 de dezembro de 2035, podendo ser prorrogado mediante expresse acordo entre as PARTES formalizado através da assinatura de termo aditivo ao presente CONTRATO.

3.2 O início do fornecimento ocorrerá a partir de 01 de outubro de 2025, para todos os efeitos deste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 4 – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC)**

4.1 Durante o PERÍODO DE FORNECIMENTO do presente CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) será definida pelo seguinte quadro:

<b>Período</b>	<b>QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (m³/DIA)</b>
01/10/2025 a 31/12/2035	6.000

4.2 A qualquer momento, desde que haja interesse de ambas as PARTES, poderá ser acordada uma nova QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) mediante aditivo contratual.

4.3 A partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO até o término do prazo de vigência do presente CONTRATO, caso um ou mais USUÁRIO(S) FINAL(AIS) opte(m) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA ou por empresa AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA por meio do presente CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) USUÁRIO(S) FINAL(AIS) que optou (aram) pela condição de CONSUMIDOR LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, mediante a solicitação da COMPRADORA à VENDEDORA, na qual será informada a QUANTIDADE DE GÁS a ser reduzida da QDC desde CONTRATO, ficando a redução limitada até a QDC que migrou para o mercado livre, e a celebração de aditivo contratual, mantidas as bases do PREÇO DO GÁS (PG) para a QDC residual. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para registrar as reduções da QDC, nos termos deste item, no prazo de 90 (noventa) DIAS a contar do recebimento pela VENDEDORA da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA.

4.4 A redução de QDC mencionada no item 4.3 deverá ocorrer a partir da data do início de fornecimento estabelecida no CUSD (Contrato de Uso do Sistema de Distribuição), celebrado entre a COMPRADORA e o USUÁRIO FINAL que efetivamente migrou para a condição de CONSUMIDOR LIVRE.

4.5 Caso a COMPRADORA não envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, solicitando a redução da QDC, permanecerão válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS pactuadas neste CONTRATO ou (ii) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS ajustadas através de aditivos anteriores.

#### **CLÁUSULA 5 – COMPROMISSOS DE RETIRADA E FORNECIMENTO**

##### **5.1 Compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA.**

Aplicar-se-ão para fins dos compromissos de fornecimento e recebimento do GÁS os dispositivos desta cláusula.

##### **5.1.1 RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS)**

5.1.1.1 Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a, em cada SEMESTRE, adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS), conforme item 7.3.1, uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente SEMESTRE, seja igual a um percentual da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) conforme quadro abaixo:

Período	RMS em % da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC)
01/10/2025 a 31/12/2025	0% (zero por cento)
01/01/2026 a 30/06/2026	40% (quarenta por cento)
01/07/2026 a 31/12/2026	50% (cinquenta por cento)
01/01/2027 a 31/12/2027	70% (setenta por cento)
01/01/2028 a 31/12/2035	80% (oitenta por cento)

5.1.1.2 A apuração de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no SEMESTRE, para verificação do cumprimento da obrigação do compromisso de RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS) pela COMPRADORA, será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{RMS} = (X\% \times \sum_{j=1}^S QDC_j) - (QN_{FF} + QN_{FM}) - (\sum_{j=1}^S QDR_j), \text{ onde:}$$

$QNR_{RMS}$	–	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente SEMESTRE, para fins de RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
$X\%$	–	É o percentual definido no quadro do item 5.1.1.1;
$QDC_j$	–	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no DIA “j”;
$S$	–	É o número de DIAS do correspondente SEMESTRE;
$QN_{FF}$	–	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo SEMESTRE;
$QN_{FM}$	–	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo SEMESTRE;
$QDR_j$	–	É o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) no DIA “j” em todos os PONTOS DE ENTREGA;
$j$	–	É um determinado DIA do correspondente SEMESTRE.

5.1.1.3 Caso em determinado SEMESTRE seja identificada a existência de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR), na forma do item 5.1.1.2, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o montante previsto conforme item 7.3.1.1, correspondente à RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS) sem prejuízo do disposto no item 7.2.

## 5.2 Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA.

5.2.1 A VENDEDORA compromete-se a aceitar as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), observado o disposto sobre programação do GÁS na CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

5.2.2 A VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS acima da QDC.

5.2.3 A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a fornecer as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP).

5.2.4 Caso a VENDEDORA não forneça QUANTIDADE DE GÁS correspondente às QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) e seja caracterizada FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA a penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO prevista no item 17.1.

## CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS

6.1. O PREÇO DO GÁS (PG), apurado anualmente sempre nos meses de janeiro e válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, no PONTO DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será calculado conforme abaixo:

$$PG1 = PG1_0 \times \left( \frac{IPCA}{IPCA_0} \right), \text{ onde:}$$

<i>PG1</i>	–	É o PREÇO DO GÁS (PG1) disponibilizado no PONTO DE ENTREGA Londrina, calculado anualmente no mês de janeiro, expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
<i>PG1<sub>0</sub></i>	–	É o PREÇO DO GÁS (PG1) básico, relativo a 1º de julho de 2025 e válido ao longo de todo o ano de 2025, igual a R\$ 3,7000/m <sup>3</sup> (três reais e setenta centavos por METRO CÚBICO) nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
<i>IPCA</i>	–	É o valor definitivo do número-índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao segundo mês anterior ao mês de cálculo devidamente ajustado.  Para o cálculo do PG1 para o mês de janeiro de 2026, em R\$/m <sup>3</sup> , com Arredondamento na quarta casa decimal, será considerado, para o IPCA, o valor definitivo do número/índice do IPCA publicado pelo IBGE referente ao mês de novembro de 2025.  Para o cálculo do PG1 para o mês de janeiro de 2027, em R\$/m <sup>3</sup> , com Arredondamento na quarta casa decimal, será considerado, para o IPCA, o valor definitivo do número/índice do IPCA publicado pelo IBGE referente ao mês de novembro de 2026.
<i>IPCA<sub>0</sub></i>	–	É o valor definitivo desse mesmo índice de preços, referente ao mês de julho de 2025.

6.2. A COMPRADORA poderá solicitar, e a VENDEDORA poderá aceitar ou não como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), volumes a serem entregues no PONTO DE ENTREGA Maringá, estabelecido na CLÁUSULA 12 – ESTAÇÃO DE ENTREGA E PONTO DE ENTREGA.

6.2.1. Uma vez aceita a solicitação da COMPRADORA pela VENDEDORA e definidas como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), no limite das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), as PARTES ficam vinculadas à entrega e recebimento das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), sendo que eventuais falhas serão tratadas conforme previsto no item 17.1.

6.3. Na hipótese do item 6.2, será observada a precificação PG2 abaixo:

$$PG2 = PG2_0 \times \left( \frac{IPCA}{IPCA_0} \right), \text{ onde:}$$

<i>PG2</i>	–	É o PREÇO DO GÁS (PG) disponibilizado no PONTO DE ENTREGA Maringá, calculado anualmente no mês de janeiro, expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
<i>PG2<sub>0</sub></i>	–	É o PREÇO DO GÁS (PG) básico, relativo a 1º de julho de 2025 e válido ao longo de todo o ano de 2025, igual a R\$ 3,77/m <sup>3</sup> (três reais e setenta e sete centavos por METRO CÚBICO) nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
<i>IPCA</i>	–	É o valor definitivo do número-índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao segundo mês anterior ao mês de cálculo devidamente ajustado.  Para o cálculo do PG2 para o mês de janeiro de 2026, em R\$/m <sup>3</sup> , com Arredondamento na quarta casa decimal, será considerado, para o IPCA, o

		valor definitivo do número/índice do IPCA publicado pelo IBGE referente ao mês de novembro de 2025.  Para o cálculo do PG2 para o mês de janeiro de 2027, em R\$/m³, com Arredondamento na quarta casa decimal, será considerado, para o IPCA, o valor definitivo do número/índice do IPCA publicado pelo IBGE referente ao mês de novembro de 2026.
$IPCA_0$	–	É o valor definitivo desse mesmo índice de preços, referente ao mês de julho de 2025.

6.4. O PREÇO DO GÁS (PG) não inclui quaisquer TRIBUTOS existentes, devidos em decorrência direta deste CONTRATO ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

6.5. Para o cálculo do PREÇO DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme detalhamentos constantes nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 04 (quatro) casas decimais.

6.6. A VENDEDORA se compromete a praticar, em hipótese de incremento de QDC para o patamar de pelo menos 12.000 m³/dia, nos termos do item 4.2, um  $PG_0$  (PREÇO DO GÁS básico) equivalente a R\$ 3,6000/m³ (três reais e sessenta centavos por METRO CÚBICO) e em hipótese de incremento de QDC para o patamar de pelo menos 18.000 m³/dia um  $PG_0$  (PREÇO DO GÁS básico) equivalente a R\$ 3,5500/m³ (três reais e cinquenta e cinco centavos por METRO CÚBICO), ambos relativos a 1º de julho de 2025 e nas condições de referência.

## CLÁUSULA 7 – FATURAMENTO

### 7.1 Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

O fornecimento de GÁS, assim como quaisquer valores devidos por qualquer PARTE no âmbito do presente CONTRATO, será faturado mensalmente, após o correspondente MÊS a que se refira, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, ou seja, o PERÍODO DE FATURAMENTO será o período de fornecimento compreendido entre o DIA primeiro e último DIA do MÊS calendário.

### 7.2 Faturamento regular do Gás.

Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = (PGt \times \sum_{j=1}^N QDRj), \text{ onde:}$$

$FAT$	–	É o valor do faturamento pelo fornecimento do GÁS, a ser pago pela COMPRADORA na forma prevista neste CONTRATO;
$PGt$	–	É o PREÇO DO GÁS (PG) vigente no último DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO, acrescido dos TRIBUTOS aplicáveis;
$QDR$	–	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no dia “j”;
$N$	–	É o número de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO;
$j$	–	É o j-ésimo DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.

### 7.3 Faturamento pelo não atendimento ao compromisso de retirada semestral do GÁS da COMPRADORA.

#### 7.3.1 RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS).

7.3.1.1 O valor a ser pago a título de RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS) pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado SEMESTRE, na forma do item 5.1.1.2, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMS} = QNR_{RMS} \times PGt, \text{ onde:}$$

$FAT_{RMS}$	–	É o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL;
$QNR_{RMS}$	–	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no SEMESTRE;
$PGt$	–	É o PREÇO DO GÁS (PG) vigente no último DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO, acrescido dos TRIBUTOS aplicáveis.

7.3.1.2 Será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à RETIRADA MÍNIMA SEMESTRAL (RMS) incorrida pela COMPRADORA, no qual serão incluídos os TRIBUTOS devidos.

7.4 O pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a ser emitido nos termos deste CONTRATO, deverá ser feito na forma prevista na CLÁUSULA 8 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

#### **ENCARGOS MORATÓRIOS.**

7.5 No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do IGP-M, ou qualquer outro índice que o suceder, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês pró-rata tempore, desde o vencimento da obrigação até a sua efetiva liquidação, além de Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do pagamento atualizado. O cálculo deverá considerar 4 (quatro) casas decimais para Arredondamento.

### **CLÁUSULA 8 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA**

8.1 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS subsequente àquele correspondente ao PERÍODO DE FATURAMENTO. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos às penalidades e os decorrentes dos compromissos semestrais de retirada de GÁS serão emitidos separadamente dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos aos fornecimentos de GÁS.

8.1.1 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos às penalidades e os decorrentes dos compromissos semestrais de retirada de GÁS deverão ser apresentados até 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS subsequente àquele correspondente ao PERÍODO DE FATURAMENTO, salvo o disposto nos itens abaixo:

#### **Datas de Vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.**

8.2 As PARTES deverão efetuar o pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, em moeda corrente do País, emitidos e apresentados conforme item 8.1, em até 10 (dez) DIAS ÚTEIS do recebimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

8.2.1 Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso ao prazo previsto no item 8.1, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS ÚTEIS do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da outra PARTE.

8.2.2 Os documentos de crédito, aplicáveis nos casos das penalidades da CLÁUSULA 17 – PENALIDADES DA VENDEDORA, deverão ser emitidos pela VENDEDORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS subsequente àquele correspondente ao PERÍODO DE FATURAMENTO e deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA, observado o item 8.5.

#### **Estrutura dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.**

8.3 A VENDEDORA definirá as informações que constarão nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

8.3.1 Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA os TRIBUTOS e encargos devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, vigentes nas datas das transações a que se referem os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

8.3.2 As PARTES definirão as informações que constarão nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos às penalidades da CLÁUSULA 17 – PENALIDADES DA VENDEDORA.

#### **Cobranças Objeto de Controvérsia.**

8.4 Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) a PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia e efetuar pontualmente o pagamento da importância incontroversa.

(b) se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância em até 10 (dez) DIAS contados da data do pagamento. Neste caso, a PARTE reclamada restituirá a PARTE reclamante, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS, acrescidos dos ENCARGOS MORATÓRIOS, excluída a MULTA, a importância que havia sido objeto de controvérsia, em caso de ter sido efetuado seu pagamento sujeito à restituição potencial.

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao foro judicial competente.

8.4.1 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia.

8.4.1.1 Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 8.4(b) e (c).

8.4.1.2 Após o prazo a que se refere o item 8.4(b), a qualquer tempo em que uma PARTE renunciar ou alterar seu entendimento sobre a controvérsia, poderá, conforme o caso:

(a) restituir, à PARTE reclamante, a importância paga sujeita à restituição potencial, acrescida dos ENCARGOS MORATÓRIOS, inclusive a MULTA;

(b) liberar do status de “sujeita à restituição potencial”, por meio de NOTIFICAÇÃO à PARTE reclamada, a importância que tenha sido paga na forma do item 8.4(a); ou,

(c) efetuar o pagamento dos custos e despesas porventura incorridos com os processos judiciais.

8.4.1.3 A referida renúncia ou revisão deverá ser realizada por meio de NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, e, se for o caso, ao juízo competente, extinguindo-se a controvérsia.

8.4.1.4 O procedimento do item 8.4 também será aplicável, no que couber, aos casos em que a PARTE, por decisão judicial, deva restituir importância paga sujeita à restituição potencial.

#### **Compensação de créditos e débitos.**

8.5 Os valores líquidos e certos devidos de uma PARTE à outra, que tiverem a mesma data de vencimento, serão compensados, sem prejuízo dos correspondentes lançamentos contábeis.

#### **Unidades e grandezas dos documentos de cobrança**

8.6 A unidade de todas as cobranças direcionadas à COMPRADORA deverá ser o m<sup>3</sup> (METRO CÚBICO), e o preço em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO).

### **CLÁUSULA 9 – TRIBUTAÇÃO**

9.1 Os TRIBUTOS de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

9.1.1 Os TRIBUTOS devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO serão incluídos no valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA por ocasião do faturamento.

9.1.2 As PARTES fornecerão todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da outra PARTE, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena

de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos TRIBUTOS, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

9.1.3 Não se entende como TRIBUTOS devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

9.1.4 A COMPRADORA, quando obrigada pela legislação vigente a reter TRIBUTOS na fonte, irá descontar e recolher os TRIBUTOS dos pagamentos feitos à VENDEDORA nos prazos e condições previstos na legislação tributária, não tendo a VENDEDORA direito à majoração da base de cálculo ou à revisão mencionada no item 9.2.

9.2 Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos TRIBUTOS, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de TRIBUTOS existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de TRIBUTOS ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de TRIBUTOS apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante NOTIFICAÇÃO prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

9.3 O preço contratual será revisto, quando cabível, mediante assinatura de termo aditivo com vistas a expurgar o valor do TRIBUTO indevido, nos casos em que qualquer TRIBUTO que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de decisão transitada em julgado neste sentido.

9.4 As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência salvo se a intimação fiscal determinar prazo inferior, inclusive os necessários para a recuperação de TRIBUTO recolhido indevidamente.

## **CLÁUSULA 10 – GARANTIA**

10.1 A COMPRADORA fica dispensada da apresentação de garantia à VENDEDORA, visto que previamente à assinatura do presente CONTRATO a VENDEDORA realizou minuciosa análise de crédito da COMPRADORA, restando comprovada a qualidade de seu crédito.

## **CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS**

11.1 A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 30 (trinta) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes, por PONTO DE ENTREGA.

11.1.1 Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 11.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DO FORNECIMENTO.

11.1.2 A NOTIFICAÇÃO referida no item 11.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

(a) As QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) não poderão ser superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 11.1.2.1;

(b) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

11.1.2.1 A qualquer momento a COMPRADORA poderá solicitar QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), e tal solicitação passará por análise da VENDEDORA, sendo certo que a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, programar ou não as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QDC

11.1.3 A COMPRADORA poderá solicitar, até as 15:00h (quinze horas) do DIA anterior ao fornecimento, mediante notificação à VENDEDORA, a alteração das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS de que trata o item 11.1.

11.1.4 Até as 17:30h (dezessete horas e trinta minutos) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) que se enquadrem nos requisitos previstos em 11.1.1.

11.1.5 Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 11.1.1, será considerada como QDS a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS se enquadre, observados eventuais limites decorrentes de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

11.1.5.1 Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO em caso de recusa.

11.1.6 Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 11.1.4, considerar-se-á como QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

11.1.7 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NO FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

11.2 A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

11.3 As PARTES se comprometem a, agindo de boa-fé, envidar os melhores esforços operacionais, comerciais e administrativos, podendo praticar horários distintos daqueles estabelecidos nos itens previstos nesta CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS, sem que com isso se caracterize a novação.

11.4 Em caso de FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA, pela QUANTIDADE FALTANTE (QF) apurada conforme item 11.4.1, a penalidade e eventuais medidas compensatórias previstas no item 17.1 e seguintes.

11.4.1 Em qualquer DIA, no PONTO DE ENTREGA, como consequência de FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDD - QN_{FMj}, \text{ onde:}$$

$QF_j$	–	Significa a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”, por PONTO DE ENTREGA, sendo zero se o cálculo for negativo;
$QDP_j$	–	Significa o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) para o DIA “j” por PONTO DE ENTREGA, observados os itens 11.1.3 e 11.3;
$QDD$	–	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA no correspondente DIA, calculada conforme item 11.4.2;
$QN_{FMj}$	–	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA “j”.

11.4.2 Quando se registrar pressão de fornecimento inferiores à pressão mínima estabelecida no item 13.2, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR). Sempre que se registrar pressões de fornecimento iguais ou superiores à pressão mínima de fornecimento e iguais ou inferiores à pressão máxima de fornecimento estabelecidas no item 13.2, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será o maior valor entre a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) e a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP)

## CLÁUSULA 12 – ESTAÇÃO DE ENTREGA E PONTO DE ENTREGA



12.1 Prioritariamente, o PONTO DE ENTREGA corresponderá ao local físico onde estará instalada a ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO da COMPRADORA, conforme indicado na tabela abaixo. Havendo disponibilidade técnica e comercial, o GÁS poderá ser entregue no PONTO DE ENTREGA secundário, conforme indicado na tabela:

PONTO DE ENTREGA		MUNICÍPIO	LATITUDE (Datum WGS84)	LONGITUDE (Datum WGS84)
Londrina	Prioritário	Londrina/PR	23°16'08"S	51°14'15"W
Maringá	Secundário	Maringá/PR	23°28'31"S	51°57'10"W

12.2 Fica estabelecido que a medição será realizada no SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade da COMPRADORA.

12.3 A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA ocorrerá no PONTO DE ENTREGA definido no item 12.1.

12.3.1 Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade da COMPRADORA.

12.4 A COMPRADORA deverá disponibilizar à VENDEDORA uma área no regime de comodato conforme condições pactuadas no ANEXO II – Contrato de Comodato.

12.5 A COMPRADORA deverá disponibilizar à VENDEDORA pontos de energia elétrica para desempenho das atividades necessárias para o recebimento, acondicionamento e descompressão do objeto do CONTRATO.

12.6 Os dados operacionais referentes aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO deverão ser disponibilizados à VENDEDORA, desde que solicitados por esta através de NOTIFICAÇÃO.

12.7 Os dados serão disponibilizados através de uma plataforma online ou através de API's.

12.8 Nas situações em que porventura ocorram interrupções no fornecimento dos dados operacionais citados, deverá ser acordado procedimento entre as PARTES com vistas à continuidade do recebimento das informações pela VENDEDORA.

### CLÁUSULA 13 – CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.1 O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, atendendo às CONDIÇÕES DE ENTREGA que estão definidas nesta Cláusula e às especificações de QUALIDADE DO GÁS.

13.2 As CONDIÇÕES DE ENTREGA na ESTAÇÃO DE ENTREGA são apresentadas na seguinte tabela, onde as vazões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:

PONTO DE ENTREGA	PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm²g)	PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm²g)	PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO (kgf/cm²g)	TEMPERATURA MÍNIMA DE ENTREGA
Londrina	12	14	16	10°C
Maringá	220	240	250	10°C

13.2.1 A VENDEDORA deverá dimensionar seus equipamentos para garantir a entrega de uma VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA de 1.150 m³/h.

#### 13.3 PRESSÕES DE FORNECIMENTO.

13.3.1 As PRESSÕES DE FORNECIMENTO são as estabelecidas no item 13.2.

13.3.2 A PRESSÃO DE FORNECIMENTO não poderá exceder em nenhuma hipótese a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

13.3.2.1 A COMPRADORA confirma que suas linhas diretamente ligadas ao PONTO DE ENTREGA estão aptas, homologadas e licenciadas para suportar pressões até o valor definido na PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

13.3.2.2 Na eventualidade da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO das linhas da COMPRADORA sofrerem alguma alteração, a COMPRADORA deverá enviar imediatamente NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, para que seja negociado um termo aditivo que definirá as novas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

13.3.2.3 Nas hipóteses em que a PRESSÃO DE FORNECIMENTO seja superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA será responsável pelos danos, desde que comprovado o nexo de causalidade entre os danos causados e o fornecimento de GÁS acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

13.3.2.4 Em situações de contingência, a COMPRADORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA informando a respeito desta ocorrência.

13.3.2.5 A COMPRADORA se compromete a manter a pressão da sua rede de distribuição, onde ocorrerá a injeção do GÁS, inferior à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO.

#### 13.4 **VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA de Fornecimento.**

13.4.1 A VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA de fornecimento é a estabelecida no item 13.2.1.

13.4.2 As PARTES implementarão todos os esforços possíveis para garantir que as retiradas de GÁS não ultrapassem a VAZÃO MÁXIMA.

13.4.3 As CONDIÇÕES DE ENTREGA somente poderão ser alteradas por meio de aditivo ao presente CONTRATO.

13.4.4 Caso a VENDEDORA constata efetivo risco à segurança operacional do sistema, emitirá NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA informando tal fato e os seus impactos no suprimento de GÁS, e providenciará a implementação de ações corretivas com o objetivo de estabilizar o sistema, até que as CONDIÇÕES DE ENTREGA sejam alteradas por meio de aditivo.

### **CLÁUSULA 14 – MEDIÇÃO DO GÁS**

#### 14.1 **Disposições Gerais:**

14.1.1 As PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI, exceto onde indicado.

14.1.2 A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

14.1.3 A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES BASE.

14.1.4 Para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM) no SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do PONTO DE ENTREGA.

14.1.5 A medição do volume de GÁS fornecido à COMPRADORA será efetuada pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO da COMPRADORA, localizado a jusante do PONTO DE ENTREGA, exceto na hipótese prevista no item 14.6.

14.2 As QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR), correspondem à conversão das QUANTIDADES DIÁRIAS MEDIDAS (QDM) das CONDIÇÕES-BASE para as CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme fórmulas a seguir:

$$QM = V_{op} \times f_{cPTZ}$$

em que:

$$f_{cPTZ} = \frac{T_R}{T_{op}} \times \frac{P_{op}}{P_R} \times \frac{Z_R}{Z_{op}}$$

sendo:

$QM$	-	QUANTIDADE MEDIDA, com a conversão de pressão, temperatura e compressibilidade;
$V_{op}$	-	Volume de gás nas condições de fornecimento, em m³;
$fcPTZ$	-	Fator de conversão pelo PTZ (pressão, temperatura e compressibilidade). Esse fator é calculado pelo conversor de volume;
$T_R$	-	Temperatura do gás na condição de referência, em K;
$T_{op}$	-	Temperatura do gás nas condições de fornecimento, em K;
$P_{op}$	-	Pressão absoluta do gás na condição de fornecimento, em kgf/cm²;
$P_R$	-	Pressão absoluta do gás na condição de referência, em kgf/cm²;
$Z_R$	-	Fator de compressibilidade do gás nas condições de referência (adimensional), calculado conforme os procedimentos descritos no "COMPRESSIBILITY AND SUPERCOMPRESSIBILITY FOR NATURAL GAS AND OTHER HYDROCARBON GASES" – Transmission Measurement Committee Report nº 8, publicado pela AGA – American Gas Association em 1985, ou suas revisões subsequentes;
$Z_{op}$	-	Fator de compressibilidade do gás nas condições de fornecimento (adimensional), calculado conforme os procedimentos descritos no "COMPRESSIBILITY AND SUPERCOMPRESSIBILITY FOR NATURAL GAS AND OTHER HYDROCARBON GASES" – Transmission Measurement Committee Report nº 8, publicado pela AGA – American Gas Association em 1985, ou suas revisões subsequentes.

$$QDR = QM \times fcPCS$$

em que:

$$fcPCS = \frac{PCS_m}{PCR}$$

onde:

$QDR$	-	QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA, em METROS CÚBICOS, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal;
$QM$	-	QUANTIDADE MEDIDA (QM), ou seja, a quantidade com a conversão de pressão, temperatura e compressibilidade;
$fcPCS_m$	-	fator de correção conversão do poder calorífico do GÁS, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal;
$PCS_m$	-	PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA, ARREDONDADO até o primeiro algarismo inteiro, que corresponde à média do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) do GÁS fornecido em cada período de medição, em kcal/m³ (quilocaloria por METRO CÚBICO), a partir da análise cromatográfica para determinação da composição do GÁS e calculado através do método ASTM D-3588, de 1991, e suas revisões, e convertido para as CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA;
$PCR$	-	PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

14.2.1 A apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM) será realizada nas condições de operação onde se verificam o cumprimento pelas PARTES das obrigações previstas nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

14.3 A VENDEDORA informará, a cada DIA ÚTIL, através do envio dos certificados de qualidade os valores do PCS médio do GÁS entregue à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA em base diária.

14.3.1 A COMPRADORA poderá, no prazo de 20 (vinte) DIAS, questionar, fundamentadamente, os dados enviados conforme item 14.3, onde possíveis acertos poderão ser efetuados posteriormente.

14.4 A COMPRADORA informará à VENDEDORA, até o terceiro DIA ÚTIL após o último DIA de cada MÊS, os dados referentes às QUANTIDADES MEDIDAS no PONTO DE ENTREGA em base diária.

14.4.1 A VENDEDORA poderá, até 2 (dois) DIAS ÚTEIS após o recebimento dos dados do item 14.4 questioná-los fundamentadamente.

14.5 Para apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM), aplicam-se as regulamentações e normas vigentes, conforme o tipo de tecnologia utilizada no SISTEMA DE MEDIÇÃO do PONTO DE ENTREGA.

14.5.1 As versões dos documentos de referência utilizados no item 14.5 deverão ser aquelas previstas no projeto de cada SISTEMA DE MEDIÇÃO.

#### 14.6 Falha nos equipamentos do SISTEMA DE MEDIÇÃO

14.6.1 Havendo, em qualquer DIA, indisponibilidade do SISTEMA DE MEDIÇÃO da CONCESSIONÁRIA, no PONTO DE ENTREGA, que impeça a apuração segura da QUANTIDADE DIÁRIA MEDIDA (QDM), sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA MEDIDA (QDM) relativa a esse DIA será obtida (i) para falhas do medidor, com base na média das QUANTIDADES MEDIDAS das últimas seis quinzenas imediatamente anteriores, ou (ii) para falhas em outros elementos de medição, com base na média do elemento em falha no período de apuração.

#### 14.7 CALIBRAÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO:

14.7.1 As CALIBRAÇÕES e ajustes dos componentes do SISTEMA DE MEDIÇÃO da CONCESSIONÁRIA deverão ser feitos pela CONCESSIONÁRIA ou por empresa por ela indicada, utilizando padrões com referências estabelecidas (resultados rastreáveis) pelo órgão competente.

14.7.2 O USUÁRIO poderá, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à CONCESSIONÁRIA, solicitar CALIBRAÇÃO extra de qualquer instrumento da EMRP, hipótese em que os correspondentes custos serão integralmente suportados pelo USUÁRIO, se o instrumento for considerado calibrado.

14.7.3 Caso seja necessária verificação subsequente do medidor instalado no SISTEMA DE MEDIÇÃO na EMRP, a CONCESSIONÁRIA providenciará a substituição por outro medidor devidamente calibrado e certificado.

14.7.4 Não será feita nenhuma correção na QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro igual ou inferior ao erro máximo da legislação vigente, para mais ou para menos.

14.7.5 Estando perfeitamente determinado o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO DA CONCESSIONÁRIA esteve com erros fora dos limites, as correções serão aplicadas sobre as quantidades efetivamente registradas naquele período.

14.7.6 Caso não seja possível determinar com exatidão o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO da CONCESSIONÁRIA esteve com erros fora dos limites, as correções serão aplicadas às quantidades registradas pelo medidor da CONCESSIONÁRIA na metade mais recente do período de operação do medidor, ou nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, prevalecendo o menor desses intervalos.

14.7.7 O USUÁRIO deverá zelar pela guarda e proteção da ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP). Os custos referentes a quaisquer danos causados neste equipamento, por culpa do USUÁRIO, deverão ser ressarcidos à CONCESSIONÁRIA.

### **CLÁUSULA 15 – QUALIDADE DO GÁS**

15.1 O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA deverá ter sua qualidade aferida por meio de instrumentos adequados para esta finalidade, sempre no PONTO DE ENTREGA. A metodologia para determinação da qualidade do GÁS deverá estar em conformidade com a Resolução ANP nº 906/2022 e em suas revisões, ou outras que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente. Em caso de alteração normativa que comprovadamente represente impactos às condições de fornecimento, as PARTES se comprometem a envidar os melhores esforços para repactuar as condições deste CONTRATO através da celebração de termo aditivo, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

15.1.1 A VENDEDORA será responsável pela odoração do GÁS objeto do presente CONTRATO. O BIOMETANO deverá estar odorado com *Spotleak* 1005 ou *Scentinel TB* na proporção 15 mg/m<sup>3</sup>. A medição da concentração de odorante não poderá resultar em proporção inferior a 10 mg/m<sup>3</sup>, sendo que a precisão mínima do equipamento de medição deverá ser de 1 mg/m<sup>3</sup>. O relatório dessa medição deverá ser encaminhado à COMPRADORA no dia posterior a cada DIA DE FORNECIMENTO.

15.1.1.1 Durante os 9 (nove) primeiros MESES de início da operação, excepcionalmente, a COMPRADORA aceitará receber o relatório da medição de odoração uma vez a cada 15 (quinze) DIAS,

devendo ser fornecido diariamente assim que a VENDEDORA consiga instalar e operar o respectivo equipamento.

15.1.1.2 O processo de odoração deverá estar em conformidade com a Resolução nº 022 de 26 de abril de 2024 da AGEPAR, em suas revisões ou outras que venham a substituí-la.

15.1.2 Caso a COMPRADORA constata registros de especificação distinta à especificada nesse item no GÁS fornecido pela VENDEDORA, esta ficará sujeita à penalidade por entrega de GÁS fora de especificação conforme item 17.2.

15.1.3 A qualquer momento a COMPRADORA poderá, visando garantir a segurança do fornecimento, suspender, sem qualquer ônus à COMPRADORA, o recebimento do GÁS, caso sejam constatadas inconformidades na qualidade do GÁS ou na concentração de odorante.

15.2 Sempre que a VENDEDORA tiver ciência da possibilidade do GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 15.1, as seguintes regras serão aplicadas:

(a) a VENDEDORA deverá interromper automaticamente o fornecimento do GÁS, com válvula controlada com as informações provenientes do cromatógrafo ou outras medidas cabíveis de bloqueio de gás desconforme, ocasião na qual deverá ser acionado o Plano de Contingência conforme Anexo I durante o período em que perdurar a desconformidade;

(b) a VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, imediatamente após identificada a não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta Cláusula previamente à disponibilização do GÁS à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, informando a desconformidade do GÁS e indicando quais seriam os prováveis: (i) itens desconformes; (ii) desvios de qualidade; (iii) o período estimado de duração da desconformidade; e (iv) a quantidade de GÁS eventualmente entregue fora de especificação.

(c) após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.2(a), a COMPRADORA deverá se manifestar, por meio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber GÁS fora de especificação.

(d) Caso a COMPRADORA não se manifeste pelo não recebimento do GÁS fora de especificação ou rejeite receber o GÁS desconforme, a QUANTIDADE DE GÁS programada permanecerá reduzida a zero durante o período em que perdurar a desconformidade, configurando-se a FALHA DE FORNECIMENTO, tomando-se por base a QUANTIDADE FALTANTE e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS, ficando a VENDEDORA sujeita à penalidade prevista no item 17.1.

(e) caso a COMPRADORA opte por receber o GÁS fora de especificação, deverá NOTIFICAR à VENDEDORA qual a QUANTIDADE DE GÁS fora de especificação que deseja receber. Essa QUANTIDADE DE GÁS será considerada como a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP). Neste caso, a COMPRADORA fará jus a um desconto proporcional de 20% (vinte por cento) sobre o PREÇO DO GÁS;

(f) Caso a VENDEDORA entregue GÁS fora de especificação, sem envio da NOTIFICAÇÃO prevista no item 15.2(a), ou, ainda que tendo enviado a NOTIFICAÇÃO, não tenha interrompido o fornecimento do GÁS, ficará a VENDEDORA sujeita à penalidade prevista no item 17.2, sobre toda a QUANTIDADE DE GÁS em desconformidade, desde o momento em que passou a ser fornecido GÁS desconforme no PONTO DE ENTREGA, até o momento do registro de manifestação por parte da COMPRADORA ou da VENDEDORA, por meio de NOTIFICAÇÃO; e,

(g) a VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA informando a normalização e o retorno do GÁS às especificações estabelecidas no item 15.1, tão logo sanada a desconformidade.

15.3 A QUANTIDADE DE GÁS desconforme, para fins do item 15.2(e), será aquela que tenha sido retirada pela COMPRADORA entre a primeira análise em que se identificou a desconformidade até a primeira análise em que se identificou a volta à conformidade.

15.4 A determinação da QUALIDADE DO GÁS será efetuada pela VENDEDORA através de instrumentos adequados para esta finalidade e que atendam à legislação metrológica vigente. Os dados relativos à qualidade do gás oriundos do cromatógrafo da VENDEDORA deverão ser disponibilizados à COMPRADORA em tempo real.

15.4.1 A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) nas CONDIÇÕES BASE, será efetuada por cálculo, conforme as normas NBR 15213; ASTM D 3588 ou ISO 6976:2016, ou a que venha a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

15.4.2 A VENDEDORA deverá encaminhar diariamente à COMPRADORA cópia do Certificado de Qualidade, contendo os resultados das análises do Poder Calorífico (PCS), composição, odorização e demais parâmetros relevantes de modo a comprovar a QUALIDADE DO GÁS entregue.

Parágrafo Único: Caberá à VENDEDORA disponibilizar à COMPRADORA, de forma contínua e em tempo real, observado o prazo indicado no item 15.1.1.1, os dados relativos à QUALIDADE DO GÁS, sendo sua obrigação exclusiva demonstrar tecnicamente, por meio do referido sistema, a quantidade e o período em que houve eventual fornecimento de GÁS fora de especificação.

15.4.3 A COMPRADORA deverá ser notificada previamente, com antecedência mínima de 10 DIAS para que realize o acompanhamento das CALIBRAÇÕES do sistema de determinação da QUALIDADE DO GÁS da VENDEDORA.

15.4.4 A ocorrência de fornecimento de GÁS fora de especificação ensejará a aplicação imediata das medidas previstas no Anexo I Plano de Contingência, inclusive para fins de segurança operacional, mitigação de riscos à rede de distribuição e comunicação com usuários finais.

## CLÁUSULA 16 – PARADAS PROGRAMADAS

16.1 As PARTES concordam que, uma vez que o fornecimento do BIOMETANO visa atender uma rede local, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO celebrado entre a COMPRADORA e o Estado do Paraná, não há previsão no presente CONTRATO de eventos de PARADAS PROGRAMADAS com o objetivo de abatimento dos compromissos e penalidades contratuais, conforme disposições constantes no item 5 do ANEXO I – PLANO DE CONTINGÊNCIA.

## CLÁUSULA 17 – PENALIDADES DA VENDEDORA

A VENDEDORA compromete-se a entregar diariamente a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, às penalidades estipuladas nos itens 17.1 e 17.2.

### 17.1 Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO.

17.1.1 **Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO diária:** no caso de FALHA NO FORNECIMENTO, em determinado DIA, por PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade compensatória calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{FF(Dia)} = QF \times 200\% \times PG, \text{ onde:}$$

$P_{FF(Dia)}$	–	Significa o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO, caso positiva;
$QF$	–	Significa a QUANTIDADE FALTANTE apurada conforme item 11.4.1, por PONTO DE ENTREGA;
PG	–	Significa o PREÇO DO GÁS vigente no DIA.

17.1.2 No caso de FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA será responsável por compensar a COMPRADORA pelos custos adicionais ou prejuízos operacionais decorrentes da referida falha, além da penalidade prevista nesta cláusula.

17.1.3 A compensação será calculada com base em documentação comprobatória apresentada pela COMPRADORA, detalhando os custos ou prejuízos incorridos em decorrência da FALHA NO FORNECIMENTO.

17.1.4 Em situações de FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA deverá, sempre que possível, providenciar o fornecimento alternativo de gás, por meio de terceiros, de acordo com o Anexo I Plano de Contingência, garantindo a continuidade do fornecimento à COMPRADORA.

## **17.2 Penalidade por entrega de GÁS fora de especificação, sem envio de NOTIFICAÇÃO, ou por falta de interrupção**

17.2.1 No caso de entrega de GÁS fora de especificação pela VENDEDORA, em determinado DIA, por PONTO DE ENTREGA, sem envio de NOTIFICAÇÃO, ou, ainda que tendo enviado a NOTIFICAÇÃO, não tenha interrompido o fornecimento do GÁS, conforme previsto no item 15.2(f), a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade compensatória calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{GD} = QG_D \times 200\% \times PG ; \text{ onde:}$$

$P_{GD}$	–	É o valor da penalidade por entrega de GÁS fora de especificação sem envio de NOTIFICAÇÃO pela VENDEDORA.
$QG_D$	–	É a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora de especificação sem envio de NOTIFICAÇÃO no DIA.
$PG$	–	Significa o PREÇO DO GÁS vigente no DIA.

## **CLÁUSULA 18 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

18.1 Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer disputa decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 30 (trinta) dias contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da disputa. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar as medidas judiciais que entender pertinentes.

18.2 Qualquer disputa referente ao presente CONTRATO será dirimida e julgada exclusivamente no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **CLÁUSULA 19 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO**

19.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES:

- (a) declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente inviabilize a sua continuidade;
- (b) perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO;
- (c) violação da CLÁUSULA 22 – COMPROMISSO DE CONDUTA DAS PARTES: INTEGRIDADE E CONFORMIDADE LEGAL do presente CONTRATO, observados os prazos de cura do item 22.1.11;
- (d) o não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até 60 dias após o seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE ou, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 8.4;
- (e) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA 21 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;
- (f) se a VENDEDORA incorrer em Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO cuja QUANTIDADE FALTANTE dentro de um mesmo Ano de fornecimento ultrapasse 30 (trinta) vezes a QDC em questão ou 05 (cinco) dias consecutivos.

(g) se a VENDEDORA incorrer em Penalidade por Entrega de Gás fora de especificação por 30 (trinta) DIAS em um mesmo ANO, inclusive alternados, ou por 05 (cinco) dias consecutivos.

19.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens (a) ou (b) do item 19.1, a PARTE adimplente poderá requerer a resolução do CONTRATO após a caracterização do EVENTO DE INADIMPLEMENTO, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente com 15 (quinze) DIAS de antecedência.

19.3 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens (e), (f) ou (g) do item 19.1, a PARTE adimplente poderá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 15 (quinze) DIAS, contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO. Para o item (c) deverão ser observados os prazos de cura do item 22.1.11. Para o item (d) o prazo para sanar o inadimplemento será de 10 (dez) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de recebimento da NOTIFICAÇÃO.

19.3.1 A PARTE adimplente poderá requerer a resolução do CONTRATO desde que tenham transcorrido os prazos estabelecidos no item 19.3, sem que o inadimplemento tenha sido sanado.

19.3.2 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO notificado conforme item 19.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

19.4 Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) apurado conforme abaixo:

$$VIR = 0,2 \times QDC \times DF \times PG; \text{ onde:}$$

<i>VIR</i>	–	Significa o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO antecipada do CONTRATO a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE.
<i>QDC<sub>j</sub></i>	–	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente na data de resolução do CONTRATO.
<i>DF</i>	–	Significa a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
<i>PG</i>	–	É o PREÇO DO GÁS (PG) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

19.4.1 Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 19.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos, exceto em relação à responsabilidade prevista no item 17.2.1. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

19.4.2 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE que efetuar a resolução, mediante NOTIFICAÇÃO que deve ser enviada com antecedência de 90 (noventa) DIAS, se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) à outra PARTE.

19.5 A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor, acrescido dos TRIBUTOS, correspondente ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR), detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

19.6 O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- (a) por mútuo acordo das PARTES;
- (b) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;
- (c) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, por um período continuado maior que 180 (cento e oitenta) DIAS;



- (d) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal;
- (e) pela extinção da concessão sem culpa da COMPRADORA.

19.7 A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 19.4, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre, incidências tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

19.8 Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, exceto quanto àquelas obrigações já incorridas até a data do evento de inadimplência pela PARTE inadimplente, bem como àquelas que perdurarão após o encerramento do CONTRATO.

19.9 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

## **CLÁUSULA 20 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

20.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

20.1.1 A definição de FORÇA MAIOR contempla qualquer ato, evento ou circunstância relacionada à atividade de produção, processamento, estoque, evacuação, transporte e/ou compra e venda de BIOMETANO abrangidos pelo escopo do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que fuja ao controle arrazoado da PARTE AFETADA, que não poderia ter sido evitado ou superado pelo exercício da norma de um operador razoável prudente pela PARTE AFETADA, e que acarrete ou resulte em uma falha da PARTE AFETADA na execução de uma ou mais obrigações nos termos do CONTRATO.

### **20.2 Abrangência.**

20.2.1 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula 20:

- (a) Ato de atentado público ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões, queda de meteoritos e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (c) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público, desde que comprovado pela PARTE AFETADA o correspondente impacto neste CONTRATO.
- (d) Um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA ou a capacidade de recebimento de gás de usuários.
- (e) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de GÁS da VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO.

### 20.3 **Eventos excluídos.**

20.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como alterações que afetem aspectos financeiros ou econômicos para comercialização do Gás, excluídas quaisquer limitações, proibições ou alterações impostas por lei.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
- (d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
- (e) Insolvência, liquidação, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, encerramento, término ou evento semelhante, de uma PARTE, suas partes relacionadas ou de terceiros.
- (f) Perda de mercado da COMPRADORA ou a impossibilidade da COMPRADORA de utilizar ou revender, de forma econômica, o GÁS; ou
- (g) A possibilidade que se apresentar à VENDEDORA ou à COMPRADORA de, respectivamente, vender ou comprar a GÁS no mercado a preços mais favoráveis do que os consubstanciados neste CONTRATO.

### 20.4 **Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.**

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Tomar e demonstrar que tomou as medidas e esforços que estejam no seu alcance que estejam no seu alcance para superar os efeitos decorrentes da CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que obstem o cumprimento de suas obrigações ou para mitigar a extensão desses efeitos com vistas ao cumprimento, ainda que parcial, das suas obrigações nos termos deste CONTRATO.
- (e) Prontamente, em até 02 (dois) DIAS ÚTEIS enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências e retomar imediatamente o cumprimento das obrigações na forma prevista neste CONTRATO.
- (f) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (g) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 20.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

20.4.1 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 20.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES

em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

20.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 20.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

20.4.3 Com relação ao item 20.4(b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

#### **20.5 Obrigações não afetadas.**

20.5.1 Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

#### **20.6 Efeitos no CONTRATO.**

20.6.1 Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

20.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

20.8 Caso a sentença judicial determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que a alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

20.9 A alegação de má-fé, por qualquer das PARTES, da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados nesta cláusula 20 com vistas ao não cumprimento de uma obrigação nos termos deste CONTRATO, dará direito à outra PARTE de promover a rescisão do CONTRATO, arcando a PARTE que der causa à rescisão com as penalidades previstas na CLÁUSULA 19 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO deste CONTRATO.

20.10 As PARTES reconhecem e aceitam que este CONTRATO poderá ser rescindido por prévia notificação escrita enviada por uma PARTE à outra, na hipótese de uma PARTE deixar de cumprir com suas obrigações contratuais por um período maior do que 90 (noventa) DIAS consecutivos devido a um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, sem a incidência de qualquer penalidade.

### **CLÁUSULA 21 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

21.1 É vedada a cessão parcial ou total de direitos ou obrigações derivados do CONTRATO sem prévio consentimento, por escrito, da outra PARTE.

### **CLÁUSULA 22 – COMPROMISSO DE CONDUTA DAS PARTES: INTEGRIDADE E CONFORMIDADE LEGAL**

22.1 Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO e aos negócios dele resultantes:

22.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem suas AFILIADAS (i) realizaram, ofereceram, prometeram, autorizaram ou aceitaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão, autorizarão ou aceitarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político,

representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento possa constituir um pagamento de facilitação ou que de outra forma violar as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

22.1.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS têm conhecimento e cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

22.1.3 Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e suas AFILIADAS (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro.

22.1.4 Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem suas AFILIADAS (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou às AFILIADAS da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou às AFILIADAS da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

22.1.5 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos escritos e adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

22.1.6 Cada PARTE declara, garante e se compromete que manteve e manterá controles internos adequados, incluindo, mas não se limitando, a realização de esforços razoáveis para assegurar que todas as transações sejam registradas e relatadas com precisão em seus livros e registros, de forma a refletir verdadeiramente as atividades a que pertencem, bem como a finalidade de cada transação, com quem foi celebrada, para quem foi realizada, assim como o objeto da transação e que reterá referidos livros e registros pelo período exigido pela LEI ou conforme as políticas de retenção da respectiva PARTE, o que for mais longo;

22.1.7 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que envidaram e envidarão todos os esforços razoáveis para exigir que quaisquer subcontratados, agentes ou quaisquer outros terceiros também cumpram com os requisitos previstos nesta Cláusula;

22.1.8 Cada PARTE fornecerá à outra PARTE todas as informações referentes aos seus proprietários/acionistas, executivos e estrutura corporativa (incluindo quaisquer alterações posteriores), o que deverá ser documentalmente comprovado, salvo se tais informações sejam de conhecimento público, para fins de suportar os requisitos dos processos contínuos da parte requisitante de cadastro de contrapartes;

22.1.9 Somente as PARTES deste CONTRATO (e não suas AFILIADAS ou um terceiro) deverão efetuar pagamentos à outra PARTE, salvo se previamente acordado por escrito entre as PARTES.

22.1.10 Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta Cláusula, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO por 2 (dois) anos.

22.1.11 Sem limitação a quaisquer outros recursos disponíveis, quando uma PARTE ou seus subcontratados, agentes ou outros terceiros não cumprirem qualquer disposição prevista nesta Cláusula, a outra PARTE, de boa-fé, terá o direito de notificar por escrito a PARTE inadimplente. Caso (i) a notificação contenha todos os detalhes razoáveis sobre o mencionado descumprimento e este não possa ser sanado ou, (ii) em sendo possível a cura da inadimplência, ainda assim a PARTE inadimplente não venha a sanar o descumprimento no prazo de sessenta 60 (sessenta) dias após o recebimento da notificação de descumprimento, a PARTE adimplente terá o direito de rescindir o CONTRATO, mediante NOTIFICAÇÃO escrita à PARTE inadimplente comunicando a rescisão.

22.1.12 Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE indenizante e suas AFILIADAS.

22.1.13 Cada PARTE declara e garante que reportará imediatamente à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante ou caso venha a ter ciência de que violou qualquer obrigação prevista nesta Cláusula.

22.2 Nenhuma disposição deste CONTRATO exigirá que as PARTES cumpram ou realizem qualquer uma de suas disposições, se, ao fazê-lo, a PARTE descumprir as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

22.3 As obrigações previstas nesta Cláusula permanecerão em vigor após a rescisão ou término da vigência deste CONTRATO.

## **CLÁUSULA 23 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO**

23.1 Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as NOTIFICAÇÕES relacionadas ao CONTRATO:

### **GEO GÁS COMERCIALIZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA.**

Rodovia PR 559, S/N, Bloco B, Tamboara – Paraná; CEP 87760-000

### **Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS**

Avenida João Gualberto, 1698, 6º andar, Juvevê – Curitiba – Paraná. CEP 80030-001

23.2 Serão válidas como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE à outra, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

### **GEO GÁS COMERCIALIZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA.**

Rodovia PR 559, S/N, Bloco B, Tamboara – Paraná; CEP 87760-000

Fone: (11) 93088-2937

Comercial: [alexandre.cruz@geobiogas.tech](mailto:alexandre.cruz@geobiogas.tech)

Operação: [marcia.esposito@geobiogas.tech](mailto:marcia.esposito@geobiogas.tech)

Programação: [edmilson.andrade@geobiogas.tech](mailto:edmilson.andrade@geobiogas.tech)

Medição e Qualidade: [ana.morquette@geobiogas.tech](mailto:ana.morquette@geobiogas.tech)

Financeiro: [financeiro@geobiogas.tech](mailto:financeiro@geobiogas.tech)

### **Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS**

Avenida João Gualberto, nº 1698, 6º andar, Juvevê – Curitiba – Paraná CEP: 80030-001

Comercial: [guilherme.bedene@compagas.com.br](mailto:guilherme.bedene@compagas.com.br) / [daniele.lara@compagas.com.br](mailto:daniele.lara@compagas.com.br)

Programação e Medição: [programacao@compagas.com.br](mailto:programacao@compagas.com.br)

Operação: [cpgope@compagas.com.br](mailto:cpgope@compagas.com.br)

Emergência: 0800 643 8383

23.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

23.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

## **CLÁUSULA 24 – NOVAÇÃO**

24.1 As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

24.2 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante, formalizado através de termo aditivo assinado pelas PARTES, observado o disposto na LEI.

24.3 Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) adotada no CONTRATO permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no CONTRATO:

(a) o fornecimento em base contínua ou alternada, pela VENDEDORA à COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC); ou

(b) a retirada em base contínua ou alternada, pela COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

## CLÁUSULA 25 – VALOR DO CONTRATO

25.1 O valor estimado do CONTRATO é de R\$ 109.113.933,30 (cento e nove milhões, cento e treze mil, novecentos e trinta e três reais e trinta centavos) dado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VCont = QDC \times D \times PG ; \text{ onde:}$$

<i>VCont</i>	–	Significa o valor do CONTRATO em R\$.
<i>QDC</i>	–	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).
<i>D</i>	–	Significa a quantidade de DIAS do PERÍODO DE FORNECIMENTO.
<i>PG</i>	–	Significa o PREÇO DO GÁS (PG) na data da celebração do CONTRATO.

25.1.1 No valor do CONTRATO, não estão inclusos os reajustes previstos contratualmente, bem como TRIBUTOS e encargos de qualquer natureza.

## CLÁUSULA 26 – DISPOSIÇÕES GERAIS

### 26.1 Nulidade das cláusulas contratuais.

26.1.1 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as Leis em vigor durante a vigência do CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. O CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

26.1.2 Na hipótese do item 26.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a finalidade da mesma.

### 26.2 Modificação das cláusulas.

26.2.1 Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

### 26.3 Declarações e Garantias.

26.3.1 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Até a entrada em eficácia deste CONTRATO, possuirão plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

(d) O CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES.

(e) O término, a resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo pelos prazos prescricionais das referidas obrigações.

(f) Inexiste qualquer ação, investigação ou procedimento administrativo ou judicial instituído contra as PARTES que afete ou possa afetar a disponibilização e pagamento, venda ou compra do GÁS.

26.3.2 As PARTES declaram a mais ampla concordância com os termos deste CONTRATO, além de ter pleno conhecimento que:

(a) Todas as informações deste CONTRATO são suficientes e possuem todos os elementos necessários de operacionalização do mesmo.

(b) O presente CONTRATO está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais de interesse das mesmas.

26.3.3 As PARTES declaram que até a presente data todos os atos e negócios relacionados ao presente CONTRATO observaram os preceitos e cumpriram as disposições das leis relacionadas à ética nos negócios e política anticorrupção em vigor no Brasil, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846/13.

26.3.4 As PARTES declaram e garantem que manterão válidas, quando cabível, todas as declarações listadas nas Cláusulas acima durante todo o prazo de vigência do CONTRATO.

26.3.5 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, cada uma das PARTES declara e se obriga perante a outra a informar, por escrito, num prazo máximo de até 2 (dois) DIAS ÚTEIS contados da data do conhecimento, quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possa representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

#### **26.4 Cessão de Créditos.**

26.4.1 A VENDEDORA, como disposto no artigo 286 do Código Civil Brasileiro, poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste CONTRATO, aplicando-se, nessa hipótese, todas as demais disposições legais a respeito da matéria, observado o item 22.1.9.

### **CLÁUSULA 28 – RESPONSABILIDADES**

28.1 A responsabilidade das PARTES, nos termos do Contrato será limitada aos danos diretos sofridos por uma das Partes, não respondendo, portanto, por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, efetivos ou potenciais, perda de uma chance, perdas causadas por interrupção de negócios, reputação, dentre outros, ainda que em virtude de inadimplemento contratual ocasionado pela outra Parte e que fosse possível prevê-los de qualquer forma, exceto em relação a responsabilidade prevista no item 17.2.1.

28.2 As PARTES concordam que será de responsabilidade da VENDEDORA arcar com as obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas e perdas devidos e/ou verificados em face da disponibilização do GÁS até o PONTO DE ENTREGA, sem prejuízo de repasse para a COMPRADORA nos casos específicos previstos neste CONTRATO. As PARTES concordam, ainda, que serão de responsabilidade da COMPRADORA todos as obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas e perdas porventura incidentes e/ou verificadas após a disponibilização do GÁS no PONTO DE ENTREGA.

28.3 Não obstante o previsto na cláusula anterior, caso por negligência da outra PARTE, a PARTE seja obrigada a arcar com qualquer outro custo não previsto, a outra PARTE deverá indenizar a primeira PARTE.

28.4 O valor total a ser pago por uma PARTE a outra a título de multas e indenizações previstas neste CONTRATO não excederá o montante equivalente ao valor do CONTRATO estabelecido no item 25.1.

28.5 A responsabilidade das PARTES não será limitada pelo valor do item anterior por responsabilidades decorrentes das obrigações abaixo e esses valores não serão descontados na avaliação se a limitação prevista no item anterior for atingida:

- (a) Responsabilidades das PARTES no pagamento de TRIBUTOS, incluindo, se aplicável, qualquer obrigação de indenizar a outra PARTE por esses TRIBUTOS;
- (b) Valores a pagar devido a penalidades previstos na CLÁUSULA 17 – PENALIDADES;
- (c) Valores a pagar pela rescisão prevista na CLÁUSULA 19 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO; e
- (d) LEIS aplicáveis e violação das CLÁUSULA 22 – COMPROMISSO DE CONDUTA DAS PARTES: INTEGRIDADE E CONFORMIDADE LEGAL e CLÁUSULA 29 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.

#### **CLÁUSULA 29 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

29.1 Excetuadas as obrigações regulatórias de apresentação deste contrato às agências reguladoras competentes e publicações decorrentes de LEI, as PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e, adicionalmente, por 2 (dois) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

29.2 As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

29.3 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará, em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos diretos comprovadamente sofridos.

29.4 Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- i. a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- ii. ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- iii. a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.
- iv. a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.
- v. para qualquer órgão público, incluindo AGEPAR e ANP.

#### **CLÁUSULA 30 – PRIVACIDADE DE DADOS**

30.1 As PARTES declaram que atuam em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e se obrigam a atender à legislação brasileira no que se refere à proteção de dados, comprometendo-se, quando aplicável, a captar, processar (interna ou externamente), conservar e tratar os Dados Pessoais para o estrito cumprimento do presente CONTRATO. Deverão as PARTES tomar os cuidados que tomariam para a proteção de seus próprios dados. Os referidos dados apenas serão disponibilizados ou transferidos, no todo ou em parte, a terceiros se isso decorrer de obrigação legal ou quando for necessário ao cumprimento de determinação judicial ou autoridade regulatória, ou, em processo judicial ou procedimento arbitral para a defesa dos interesses da PARTE, hipóteses nas quais avisará previamente a outra PARTE.



Cada PARTE, será responsável, de forma limitada, perante a outra PARTE, pelos danos comprovadamente causados em função da comprovada violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem. Para os fins desta cláusula "Dados Pessoais" significa qualquer informação relacionada: a um indivíduo identificado ou identificável, à proteção de indivíduos e ao processamento de tais informações e exigências de segurança para a livre movimentação de tais informações.

## CLÁUSULA 31 – ASSINATURA

31.1 Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, como válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Curitiba, assinado e datado eletronicamente.

### GEO GÁS COMERCIALIZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA (VENDEDORA)

Assinado por:  
ALESSANDRO MARCELLO CARL VON  
ARCO GARDEMANN  
Administrador

Assinado por:  
MAURÍCIO BALDI  
Administrador

### COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS (COMPRADORA)

Assinado por:  
EUDIS FURTADO FILHO  
Diretor Presidente

Assinado por:  
LUIZ CARLOS KUNS PASSOS  
Diretor Técnico-Comercial

## TESTEMUNHAS:

Assinado por:  
Guilherme Pereira Bedene  
Nome: Guilherme Pereira Bedene

Assinado por:  
Alexandre Cassinelli da Cruz  
Nome: Alexandre Cassinelli da Cruz



## ANEXO I – PLANO DE CONTINGÊNCIA

1. A VENDEDORA se compromete em manter redundância de equipamentos no ponto de injeção do BIOMETANO de forma a garantir o fornecimento ininterrupto à COMPRADORA.

2. A VENDEDORA se compromete a manter, ao longo de todo o PERÍODO DE FORNECIMENTO, uma QUANTIDADE DE GÁS na forma comprimida equivalente a 2 (duas) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) na condição de backup de fornecimento.

2.1. O backup de fornecimento poderá ser utilizado pela VENDEDORA como garantia de fornecimento, alteração das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) pela COMPRADORA e das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) pela VENDEDORA de um DIA para outro DIA até uma QUANTIDADE DE GÁS equivalente a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e mitigação de riscos de FALHA DE FORNECIMENTO, desde que comunicado à COMPRADORA em até 2 horas e reestabelecido à QUANTIDADE DE GÁS definida no item 2 em até 24 horas após sua utilização como efetivo fornecimento do GÁS objeto do presente CONTRATO.

2.2. Caso a COMPRADORA constata o não cumprimento da condição estabelecida no item 2.1 do presente ANEXO I, a VENDEDORA estará sujeita ao pagamento de uma penalidade equivalente a 15% do PREÇO DO GÁS multiplicado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), vigentes no DIA da irregularidade constatada. Essa irregularidade deverá ser comunicada à VENDEDORA pela COMPRADORA através do envio de NOTIFICAÇÃO.

3. No caso de insuficiência das medidas a serem adotadas conforme itens anteriores, a VENDEDORA se compromete a buscar fontes alternativas para garantir a continuidade do fornecimento do GÁS objeto do presente CONTRATO, seja de origem renovável (BIOMETANO) ou fóssil (gás natural), nas mesmas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA e de qualidade exigidas no CONTRATO, acompanhados dos respectivos certificados diários de qualidade para cada fonte alternativa à do CONTRATO.

4. No caso de insuficiência das medidas a serem adotadas pela VENDEDORA acima, a COMPRADORA poderá buscar fontes alternativas para garantir a continuidade do fornecimento do GÁS objeto do presente CONTRATO, seja de origem renovável (BIOMETANO) ou fóssil (gás natural), nas mesmas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA e de qualidade exigidas no CONTRATO, utilizando as instalações da VENDEDORA sem ônus e de forma a garantir o suprimento, com aplicação das penalidades estipuladas na CLÁUSULA 17 – PENALIDADES DA VENDEDORA de FALHA DE FORNECIMENTO. A instalação da VENDEDORA deverá contemplar área e toda a infraestrutura necessária para recebimento e descompressão de gás na forma comprimida.

5. A VENDEDORA poderá realizar paradas programadas para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, dos equipamentos necessários para o cumprimento do objeto deste CONTRATO. A VENDEDORA tem direito a efetuar essas paradas programadas com duração limitada a 120 (cento e vinte) horas por ANO, que deverá ser comunicada através de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA com pelo menos 5 (cinco) DIAS de antecedência ao evento, informando a data de início da parada programada e sua duração prevista, período no qual a VENDEDORA poderá reduzir a QUANTIDADE DE GÁS na forma comprimida na condição de backup de fornecimento de 2 (dois) para 1 (uma) vez a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC). A realização das paradas programadas não isentará a VENDEDORA da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO estabelecida na CLÁUSULA 17 – PENALIDADES DA VENDEDORA sobre a QUANTIDADE FALTANTE (QF) apurada conforme item 11.4.1 do CONTRATO.

## ANEXO II – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMODATO

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Comodato, firmado entre as partes:

**COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no município de Curitiba – PR, na Avenida João Gualberto, 1.698, 6º Andar – Alto da Glória, inscrita no CNPJ sob nº 00.535.681/0001-92, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente de **COMODANTE**, e

**GEO GÁS COMERCIALIZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no município de Tamboara–PR, na Rodovia PR 559, s/n, Bloco B, inscrita no CNPJ sob nº 21.135.917/0001-73, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada de **COMODATÁRIA**,

quando em conjunto denominadas **PARTES**, têm entre si justo e contratado o presente Instrumento Particular de Contrato de Comodato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A **COMODANTE** é legítima possuidora, na qualidade de locatária, do imóvel situado no município de Londrina – PR, com área total de 5.827,92 m², situado na Estância Dellavile, no município de Londrina-PR, com registro junto ao 2º Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Londrina-PR, sob números 81.996 e 81.976.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Pelo presente instrumento, a **COMODANTE** dá à **COMODATÁRIA**, em comodato, uma parcela do imóvel referenciado na Cláusula Primeira, correspondente à área de **1.394 m²**, conforme identificado nos croquis elaborados e rubricados pelas **PARTES**, que passam a integrar o presente Contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA

A área dada em comodato servirá exclusivamente para a instalação, pela **COMODATÁRIA**, da estrutura necessária ao fornecimento de biometano à **COMPAGAS**, para cumprimento do Contrato de Compra e Venda de Biometano firmado entre as **PARTES**.

### CLÁUSULA QUARTA

A **COMODATÁRIA** se responsabiliza por todo e qualquer ato e/ou fato relacionado à instalação e operação dos equipamentos a serem instalados na área dada em comodato, inclusive por danos causados à **COMODANTE** e/ou terceiros.

Parágrafo Primeiro: A **COMODATÁRIA** declara e garante que possui todas as licenças, autorizações, permissões, alvarás e certificados necessários às atividades a serem desenvolvidas no imóvel objeto do comodato.

Parágrafo Segundo: A **COMODATÁRIA** se compromete a atender e cumprir todas as normas e exigências das autoridades competentes para fiscalizar e autorizar as atividades a serem desenvolvidas na área dada em comodato.

## CLÁUSULA QUINTA

A operação e manutenção dos equipamentos será de única e exclusiva responsabilidade da **COMODATÁRIA**, através de funcionários próprios ou contratados, devidamente treinados e habilitados, sem custos para a **COMODANTE**, durante toda a vigência deste Contrato.

Parágrafo único: a **COMODATÁRIA** se compromete a não embarçar o acesso de funcionários da **COMODANTE** à área dada em comodato, desde que devidamente identificados, para os serviços de manutenção ou qualquer outro serviço que se faça necessário.

## CLÁUSULA SEXTA

Todas as benfeitorias a serem realizadas sobre o imóvel, inclusive a cerca, deverão ser removidas pela **COMODATÁRIA**, quando do término do presente comodato, sem direito a qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas, independente de sua natureza.

Parágrafo único: A área deverá ser devolvida no estado mais próximo possível do recebido, considerada a ação do tempo.

## CLÁUSULA SÉTIMA

É expressamente vedado à **COMODATÁRIA** ceder o imóvel a terceiros, no todo ou em parte, seja a título gratuito ou oneroso, transferir o contrato ou dar destinação diversa do uso ou finalidade do imóvel, sem prévia anuência por escrito da **COMODANTE**.

## CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará até a data prevista de 16 de setembro de 2034, vinculada à vigência do contrato de locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira, cabendo à PARTE que não tiver interesse na manutenção do presente instrumento manifestar por escrito, e com prova de recebimento, seu interesse pela rescisão, a qual não poderá ocorrer em prazo inferior a 30 (trinta) dias da pretendida data de devolução do terreno.

Parágrafo único: Se a **COMODATÁRIA** não restituir o imóvel no fim do prazo estipulado, sujeitar-se-á ao pagamento de aluguel a ser fixado pela **COMODANTE**, respondendo, ainda, durante a mora, por todos os prejuízos sofridos pelo imóvel, além de perdas e danos a que der causa.

## CLÁUSULA NONA

As **PARTES** expressam a sua conformidade com o teor integral do Contrato, obrigando-se a si e seus sucessores a qualquer título ao fiel e estrito cumprimento.

## CLÁUSULA DÉCIMA

As **PARTES** elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, como o competente para dirimir eventual dúvida ou controvérsia decorrente deste Contrato.

- CROQUI -

**PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
CONTRATO DE COMODATO**

